



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

A Agência de Fomento do Paraná S.A. – FOMENTO PARANÁ, é uma instituição financeira de desenvolvimento constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. O Estado do Paraná é o principal acionista. O capital social autorizado da instituição é de R\$ 2 bilhões.

A FOMENTO PARANÁ foi criada pela Lei Estadual nº 11.741/1997. A autorização de funcionamento foi concedida pelo Banco Central do Brasil em 08/11/1999 (DEORF/DIFIN-99/239). A empresa é submetida à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A instituição atua em sintonia com as políticas públicas estaduais destinadas ao desenvolvimento local e regional, para estimular a ampliação da base produtiva e promover a inovação no Paraná.

Por meio de um modelo de crédito orientado, a FOMENTO PARANÁ oferece linhas de financiamento de baixo custo para apoiar iniciativas de empreendedores do Estado, pequeno e médio porte, da indústria, do comércio, do setor de serviços ou da agricultura, em todas as regiões do estado.

A FOMENTO PARANÁ também é responsável pela gestão de linhas de financiamento que dão suporte a políticas públicas de apoio ao desenvolvimento dos municípios paranaenses, financiando obras de infraestrutura, aquisição de máquinas e equipamentos, modernização administrativa, programas de gestão de resíduos sólidos, entre outros fins.

A instituição é responsável ainda pela gestão de fundos públicos estaduais específicos, como o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), o Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM), o Fundo de Avaral Rural (FAR), a gestão do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná (FGP/PR) e ainda pela gestão e cobrança da carteira de ativos pertencentes ao Estado do Paraná, oriundos do processo de monetização do Banco do Estado do Paraná – Banestado.

MISSÃO

“Promover o desenvolvimento sustentável através do apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense.”

VISÃO DE FUTURO

“Ser referência como instrumento financeiro no apoio ao desenvolvimento sustentável do Paraná.”

VALORES

“Ética, transparência, comprometimento, confiabilidade, cooperação e inovação.”

I - DESTAQUES DO PERÍODO

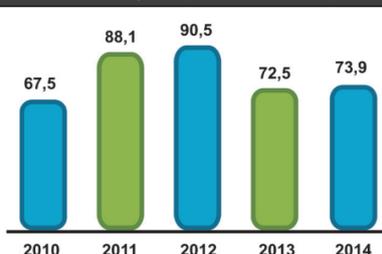
O ano de 2014 foi marcado por avanços na melhoria dos processos de gestão da FOMENTO PARANÁ, que tem permitido à instituição superar a cada período marcas históricas no financiamento aos empreendedores e aos municípios paranaenses.

- Em janeiro de 2014 entrou em vigor a Lei Estadual nº 17.906/2014, atualizando a Lei nº 11.741/1997, que instituiu a Agência de Fomento do Paraná S.A.. A nova lei ampliou as opções para atuação desta instituição financeira nas modalidades operacionais e de prestação de garantias admitidas na legislação federal e na administração de fundos, inclusive os de desenvolvimento, financiamento e investimento do Estado, de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução nº 2.828/2001) e pelo Banco Central do Brasil.
- O capital social da FOMENTO PARANÁ foi recomposto pelo acionista majoritário – em R\$ 150 milhões – e foram feitas três capitalizações, referentes a juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas, em 2014, mediante aprovação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Extraordinária. Dessa forma, o capital social foi elevado para R\$ 1.207.482.000,00.
- Em 2014 as agências internacionais Fitch Ratings e Moody's mantiveram a classificação de risco (rating) da FOMENTO PARANÁ como “gra de investimento”.
- A FOMENTO PARANÁ foi uma das responsáveis pelo sucesso do projeto Copa do Mundo da Fifa – Brasil 2014 em Curitiba. Por meio do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), a instituição financiou obras públicas, intermediou o repasse de um financiamento do BNDES e fez três operações para assegurar a execução das obras de reforma e ampliação do estádio Joaquim Américo Guimaráes – Arena da Baixada.
- Atendendo ao propósito de auxiliar na recuperação da infraestrutura e da atividade econômica nos municípios atingidos por fortes chuvas no início de junho, a FOMENTO PARANÁ estruturou linhas especiais, com taxas e prazos de pagamento diferenciados, para apoiar tanto os municípios quanto as empresas dessas áreas.
- A FOMENTO PARANÁ foi credenciada pela Finep – Inovação e Pesquisa, empresa pública do Ministério da Ciência e Tecnologia, para operar recursos do programa Inovacred, para projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico e assinou os dois primeiros contratos nesta linha.
- Foi criada a linha Mulher Empreendedora, que disponibiliza crédito com taxas, prazos e condições adequadas para apoiar a abertura e ampliação de negócios formais ou informais, de micro, pequeno e médio porte, liderados por mulheres.
- A linha de crédito Banco do Empreendedor – Taxistas superou a meta ao financiar 1.032 veículos em todo o estado.
- O Governo do Estado delegou à FOMENTO PARANÁ, por meio da lei nº 18376/2014, a gestão do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do Paraná (FGP/PR), um importante instrumento para a viabilização da implantação das PPPs no estado.
- A instituição preencheu todas as vagas abertas no concurso público realizado em 2013. Foi implantado o novo modelo de Gestão de Desempenho, baseado nas competências necessárias ao desenvolvimento institucional e foi iniciada a implantação de um Sistema de Projetos.

II - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

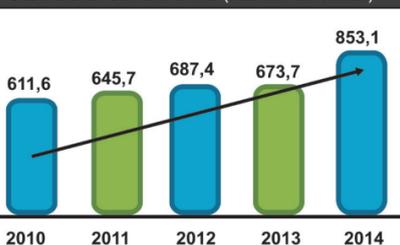
O lucro líquido da FOMENTO PARANÁ acumulado no ano de 2014 alcançou o montante de R\$ 73,9 milhões. O valor representa um aumento de 1,9% em relação ao ano anterior. O lucro apurado no segundo semestre de 2014, de R\$ 38,5 milhões, foi 8,8% superior ao valor apurado no primeiro semestre, de R\$ 35,4 milhões.

Lucro Líquido (Milhões de Reais)

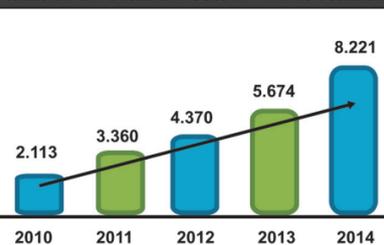


A carteira de crédito total da instituição em dezembro variou positivamente no período. Passou de R\$ 673,7 milhões, registrados em dezembro de 2013, para R\$ 853,1 milhões em dezembro de 2014, o que representa um aumento de 26,6%. Comparando-se o avanço da carteira de crédito em um período mais longo verifica-se que o aumento da carteira total da FOMENTO PARANÁ foi de 39,5% em quatro anos.

Carteira de Crédito Total (Milhões de Reais)



Número de Contratos Ativos - Setor Privado



O patrimônio líquido totalizou R\$ 1.392,9 milhões em dezembro de 2014. O valor representa uma elevação de 17,5% em comparação com o ano anterior e decorre em boa parte da reposição do capital da FOMENTO PARANÁ, pelo acionista majoritário, ocorrida no segundo semestre de 2014, no valor de R\$ 150 milhões, além da incorporação de juros sobre o capital próprio destinados aos acionistas nos 1º, 2º e 3º trimestres de 2014 totalizando R\$ 45,7 milhões. Os ativos totais da FOMENTO PARANÁ apresentaram saldo de R\$ 1.522,3 milhões em dezembro de 2014. Deste total, 43,6% são representados pela carteira de títulos e valores mobiliários (totalmente lastreada em títulos públicos federais), e 56,1% pela carteira de crédito, que está composta por operações do setor público (78%) e setor privado (22%). Os demais ativos representam apenas 0,3%.

O coeficiente de adequação de capital apurado em dezembro de 2014 foi de 80,95%. Esse índice está em patamar confortável em relação ao mínimo exigido pelo BACEN, que é de 11%, e acima da média apresentada por instituições congêneres, que é de 44,3%, de acordo com dados do Banco Central do Brasil. O Patrimônio de Referência para o período encerrado em 31 de dezembro foi de R\$ 309 milhões.

III - PROGRAMA DE CRÉDITO

a. Banco do Empreendedor

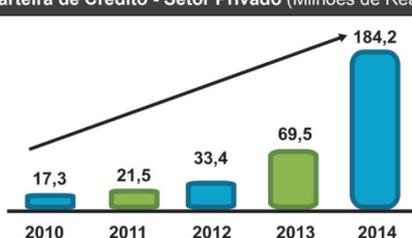
Como instituição financeira de desenvolvimento, a FOMENTO PARANÁ dirige atenção especial aos empreendimentos informais e aos empreendedores de micro, pequeno e médio porte, buscando ampliar a oferta de crédito, por meio de uma política de expansão apoiada em captações de recursos em instituições nacionais e a partir da atividade de intermediação de operações de crédito.

Nesse período, algumas ações contribuíram com o crescimento da carteira de crédito do setor privado, como a criação, aprimoramento, sistematização e divulgação de linhas — Inovacred, Mulher Empreendedora, Taxistas, Crédito Jovem — e a criação de um comitê de enquadramento de propostas, para dar maior agilidade ao processo de análise e concessão de crédito e para criadas com um valor superior a R\$ 300 mil.

A carteira de crédito do setor privado apresentou um aumento de 165% em um ano, passando de R\$ 69,5 milhões para R\$ 184,2 milhões. O valor representa um novo patamar histórico para a instituição, que agora tem 22% da carteira total de crédito voltada a este segmento. Em 2010, essa proporção era de apenas 3%.

Ao longo de 2014 foram liberados R\$ 146,5 milhões em recursos para empreendedores privados, valor 169% superior aos R\$ 54,4 milhões liberados ao longo de 2013. Em quatro anos as liberações de crédito para empreendedores privados cresceram 1.163%.

Carteira de Crédito - Setor Privado (Milhões de Reais)



A grande variação desta carteira reflete o aumento do número de contratos firmados nesse segmento em todas as regiões do estado. A marca de 8.221 contratos ativos registrada em 31 de dezembro de 2014 representa um crescimento de 45% em relação ao volume registrado no ano anterior e aumento de 289% em quatro anos.

Considerando-se o conjunto de operações com o setor privado, estas se destinaram a atender empresas da indústria (40,3%), do comércio (22,9%), outros serviços (34,7%) e pessoas físicas (2,1%).

Na carteira do setor privado, destaca-se que o total de parcelas vencidas e consideradas em atraso (acima de 90 dias) representa apenas 0,3% do total da carteira, somando R\$ 623 mil.

Microcrédito

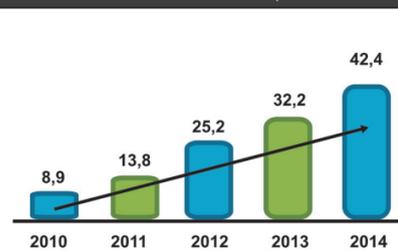
O microcrédito, como política de democratização do acesso ao crédito, está disponível em todo o território paranaense. É uma estratégia para estimular o desenvolvimento local, por meio do apoio financeiro para pequenos negócios que movimentam a economia local e proporcionam a expansão da base produtiva. O objetivo é oferecer crédito orientado, e de baixo custo, para apoiar principalmente pequenos empreendedores, que em geral são excluídos do sistema financeiro tradicional, e assim promover a geração de emprego e renda. As fontes de recursos para o microcrédito são em parte de recursos próprios e também de repasse do BNDES.

O acesso a essa linha se dá principalmente por meio de uma rede de agentes de crédito formada por funcionários e colaboradores de entidades conveniadas. São secretarias de Estado, prefeituras, agências do trabalhador, federações e associações comerciais, sindicatos patronais, cooperativas de crédito, sociedades de garantia de crédito e conselhos de profissionais e autônomos.

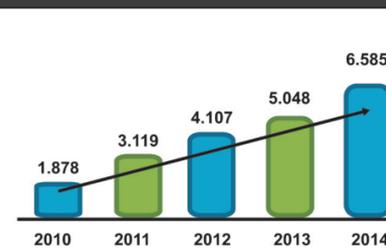
A expansão da rede de agentes de crédito em todo o estado proporcionou um crescimento significativo no número de contratos de microcrédito, que chegaram à marca de 6.585 contratos ativos registrados em 31 de dezembro de 2014. O número é 30,4% superior ao exercício anterior e representa um crescimento de 250,6% em quatro anos.

Com isso, a carteira de microcrédito, que somava apenas R\$ 8,9 milhões em dezembro de 2010, chegou a R\$ 42,4 milhões em dezembro de 2014, o que representa um crescimento de 376,4%. No exercício de 2014, essa carteira cresceu 31,6%.

Carteira de Crédito - Microcrédito (Milhões de Reais)



Número de Contratos Ativos - Microcrédito



Taxistas

Uma das linhas de crédito de maior destaque em 2014 foi a linha Banco do Empreendedor – Taxistas. Impulsionada pela liberação de quase 700 novas placas de táxi para novos permissionários no município de Curitiba, a linha atingiu a marca de 1.032 veículos contratados no estado, o que representa R\$ 34,5 milhões em recursos liberados. Esta linha disponibiliza valores entre R\$ 3 mil e R\$ 50 mil para financiar a aquisição de veículos novos para serviços de táxi; a adaptação de carros de táxi para atender pessoas com deficiência de mobilidade; ou, ainda, a conversão do motor para uso de Gás Natural Veicular (GNV), atendendo a um critério de sustentabilidade ambiental.

b. Repasses de Recursos do BNDES

A FOMENTO PARANÁ também operacionaliza o repasse de recursos oriundos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para apoio e operacionalização de projetos de maior porte do setor privado, em valores de até R\$ 10 milhões. Isso é feito por meio da intermediação das linhas BNDES Automático e Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES/PSI), além de outros programas relacionados à missão da instituição, como o microcrédito.

O saldo de recursos captados para repasse do BNDES/FINAME totalizou R\$ 68,0 milhões em 31 de dezembro de 2014, o que representa um avanço de 123,1% em relação ao exercício anterior.

c. Financiamento aos Municípios

Com operações ativas em 315 dos 399 municípios paranaenses, as linhas de financiamento do Setor Público estão presentes em 78,9% do Estado do Paraná. Na data-base, nenhuma operação apresentou atraso ou inadimplência, confirmando a qualidade da carteira quanto ao risco de crédito.

Em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU) e o Serviço Social Autônomo Paranaense, a FOMENTO PARANÁ contratou em 2014 financiamentos para atender aos municípios que somam R\$ 247,7 milhões, nas linhas SFM, Promap e FGTS-Pró-Transporte, para obras de infraestrutura e equipamentos urbanos, e para renovação do maquinário e dos equipamentos rodoviários das prefeituras.

Distribuição do Financiamento aos Municípios por Número de Habitantes



As liberações de recursos dessas linhas encerraram o ano de 2014 com R\$ 222,2 milhões. Com este, a carteira da FOMENTO PARANÁ voltada ao financiamento do setor público encerrou o ano de 2014 com o montante de R\$ 668,9 milhões.

Além da melhoria da qualidade de vida da população, pelo benefício direto das obras de infraestrutura e instalações públicas, a aplicação desses recursos gera arrecadação de impostos. É o caso do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, que é repartido entre Estados (75%) e municípios (25%), proporcionando novas obras e serviços públicos.

Ainda no âmbito dessas operações do setor público, foi consolidada a linha FGTS - PróTransporte, que utiliza recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. A parceria entre a Caixa Econômica Federal/FGTS e a FOMENTO PARANÁ prevê a aplicação de até R\$ 150 milhões em financiamento de obras de mobilidade e um limite de até R\$ 50 milhões para operações na linha Pró-Saneamento, para operações de saneamento ambiental.

Avançaram também as tratativas com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para uma linha de financiamento destinada a programas e projetos de gestão de resíduos sólidos nos municípios. Em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o Instituto Ambiental do Paraná, o Instituto das Águas do Paraná, a Companhia Paranaense de Saneamento, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e o Paranaense, a FOMENTO PARANÁ acolheu e encaminhou à AFD, em Paris, um conjunto de solicitações de recursos para elaboração e execução de projetos por meio dessa linha, abrangendo empreendimentos do setor privado.

A FOMENTO PARANÁ trabalha ainda em projetos-piloto para estruturar a operação de duas novas linhas de financiamento com recursos do BNDES. Estão em análise operações pelo Programa para Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT) e pelo Programa de Intervenções Viárias (PRÓ-VIAS).

EMERGÊNCIA – Atendendo a um apelo provocado pela situação de emergência ou calamidade pública decretada em mais de uma centena de municípios paranaenses, que foram afetados pelo excesso de chuva, no mês de junho, a FOMENTO PARANÁ colocou recursos à disposição dos municípios, para apoiar na recuperação da infraestrutura e dos bens públicos.

Os três municípios mais afetados pelas chuvas – União da Vitória, Guarapuava e Rio Negro – tiveram acesso a créditos através do Estado de emergência ou calamidade pública e que possuíam operações ativas com a FOMENTO PARANÁ, mediante solicitação, obtiveram uma moratória (dilação de prazo) de até seis meses para retomar os pagamentos dos financiamentos, para que os recursos pudessem ser aplicados na recuperação das cidades. Também, as empresas localizadas naqueles municípios foram atendidas com recursos de uma linha de crédito específica, em condições apropriadas de custo e forma de pagamento.

IV - PARCERIAS

A FOMENTO PARANÁ desenvolveu uma estratégia para expandir as ações por meio de parcerias com entidades do setor produtivo e do setor público, para levar as linhas de crédito do Banco do Empreendedor a todas as regiões do estado. Seguindo essa estratégia, em 2014 foram assinados 130 novos acordos de cooperação técnica com municípios e segmentos da sociedade civil organizada.

A parceria com segmentos empresariais, prefeituras e secretarias de Estado proporcionou a formação de uma rede que já possui 587 agentes de crédito atuando em 399 postos de atendimento em 296 municípios. Todos foram capacitados em cursos ministrados por meio de uma plataforma exclusiva de ensino à distância.

Ao longo do ano duas novas turmas concluíram o curso de capacitação de agentes de crédito e foi realizado o 2º Congresso de Agentes de Crédito. Além disso, foram feitas capacitações específicas na sede da FOMENTO PARANÁ para agentes das cidades de Morretes, Guaíra, Campo do Tenente, Nova Aurora, Paranavaí e Santa Maria do Oeste, entre outras.

O exercício de 2014 também foi marcado por um esforço para ampliar o programa Bom Negócio Paraná, que oferece capacitação gerencial e consultoria para empreendedores. O programa é desenvolvido em parceria com as secretarias da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul e de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por meio das universidades estaduais.

Empreendedores que participam do Bom Negócio Paraná, ou de cursos de capacitação gerencial oferecidos por entidades parceiras obtêm redução na taxa de juros das linhas de crédito do programa Banco do Empreendedor, da FOMENTO PARANÁ. O objetivo desta iniciativa é ampliar a oferta de crédito com baixo risco, pois o empreendedor melhor capacitado pode estruturar melhor a gestão de seus negócios e aumentar a competitividade.

Para facilitar e ampliar o acesso a essa capacitação, em 2014 o Bom Negócio Paraná passou a ser oferecido também na modalidade de Ensino à Distância (EAD), que pode ser feito por meio das universidades estaduais ou das entidades filiadas à Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná – Fiacip. No ano, mais de 3.000 pessoas participaram da capacitação no formato à distância e outros 4.600 empreendedores concluíram o curso presencial.

Como parte dessa estratégia de expansão, a equipe de Mercado e de Relações Institucionais se desloca com a Unidade Móvel da FOMENTO PARANÁ para apoiar ações em diversos municípios, para divulgar as linhas de crédito em feiras, exposições e outros eventos.

A FOMENTO PARANÁ também elaborou e aplicou uma pesquisa de mercado para avaliar o grau de conhecimento da população paranaense a respeito da instituição, identificar o público-alvo e avaliar a concorrência – de acordo com o perfil socioeconômico e localização espacial – a fim de subsidiar decisões gerenciais e estratégias de comunicação.

A FOMENTO PARANÁ está padronizando os espaços do Banco do Empreendedor nos municípios onde a parceria está formalizada. Neste semestre foram revitalizados os espaços de Cornélio Procópio, Matelândia e Medianeira.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

V - RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E GESTÃO DE FUNDOS

Além de estruturar e operar financiamentos, a FOMENTO PARANÁ atua na gestão operacional e financeira do Fundo de Aval Rural (FAR), do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e do Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM). É responsável, também, pela gestão e pela cobrança da carteira de ativos pertencentes ao Estado do Paraná, oriundos do processo de monetização do Banco do Estado do Paraná – Banestado. Em 2014 a FOMENTO PARANÁ também foi incumbida pelo Governo do Estado de estruturar e fazer a gestão operacional do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná (FGP/PR).

a. Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná - FAR e Seguro Rural

A FOMENTO PARANÁ é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná (FAR). Esse fundo foi instituído pela Lei Estadual nº 14.431/2004 para prover recursos financeiros destinados a garantir o risco das operações de financiamento contratadas com agricultores beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF junto à rede bancária conveniada. Originalmente o parceiro de execução do programa foi o Banco do Brasil.

Em 2014, a área de Fomento do Paraná, em parceria com o Banco do Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e o Governo do Paraná, por meio da FOMENTO PARANÁ, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e destinado R\$ 1 milhão para atender ao FAR. O valor permite a alavancagem de até R\$ 10 milhões para apoiar empréstimos familiares.

A FOMENTO PARANÁ e a SEAB também firmaram contratos com seguradoras para dar suporte ao Programa de Seguro Rural para a Agricultura Familiar. Essa ação deve beneficiar mais de dois mil agricultores. Em 2014 foram utilizados recursos do FDE para subvencionar a taxa de prêmio de seguro de 29 culturas cultivadas no Paraná – anteriormente apenas duas culturas eram subvencionadas. A subvenção reduz em até 80% o volume de recursos que o produtor necessita gastar a título de prêmio da apólice de seguro para a lavoura.

b. Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE

A FOMENTO PARANÁ é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), que é destinado a apoiar o desenvolvimento socioeconômico do Paraná mediante apoio financeiro às empresas, através de operações especiais de crédito e de participações societárias. O fundo é utilizado também para concessão de subvenção econômica nos programas Trator, Implementos e Equipamentos Solidários, na modalidade de equivalência em produtos; de Apoio à Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras (PROMAP II); e Banco do Empreendedor, nas linhas Micro e Pequena Empresa e Taxistas, na modalidade equalização de taxas de juros.

A FOMENTO PARANÁ estruturou o financiamento para a Sociedade de Propósito Específico CAP S.A. visando a modernização e ampliação do Estádio Joaquim Américo, pertencente ao Clube Atlético Paranaense, para o projeto Copa do Mundo da FIFA – Brasil 2014 em Curitiba. O avanço do cronograma físico e financeiro das obras foi auditado por instituição independente e assegurou que o estádio fosse concluído e entregue para os jogos tendo um dos menores custos unitários, por assento, entre as 12 arenas usadas no mundial. Em 2014, os repasses oriundos do Fundo de Desenvolvimento do Econômico para o empreendimento somaram R\$ 124,6 milhões.

O FDE também foi utilizado para estruturar a linha de crédito FDE-Recupera. Esta linha foi criada para disponibilizar recursos para apoiar a recuperação da atividade econômica nos municípios nos quais tenha sido decretado o estado de emergência, ou calamidade pública, como foi o caso das chuvas ocorridas no Paraná em junho, de acordo com os decretos estaduais nº 11.301, 11.303 e 11.334/2014.

Em 2014, a área de Recuperação de Ativos e Gestão de Fundos, responsável pela cobrança de ativos e bens, relatou a recuperação de R\$ 20.217.737,10 em recebimentos do FDE.

c. Fundo de Equalização do Microcrédito - FEM

O Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM), instituído pelo Governo do Estado em 2012, tem a finalidade de prover recursos financeiros à FOMENTO PARANÁ para promover a redução das taxas de juros. O objetivo é democratizar e socializar o acesso ao crédito e aumentar a competitividade nas atividades econômicas desenvolvidas por microempreendedores e socializar.

Este fundo também garante o suporte, por meio da equalização de taxas de juros, à linha de crédito Paraná Juro Zero, lançada em 2013, e que proporciona um impulso às atividades empreendedoras, configurando uma alternativa de renda e empreendedorismo para famílias atendidas pelo programa Família Paranaense, coordenado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Em 2014 foram utilizados R\$ 100 mil deste fundo para equalizar a operação de microcrédito. Em 31 de dezembro de 2014 o valor disponível no FEM para equalizações era de R\$ 3,2 milhões.

d. Cobrança de Ativos e Bens

A FOMENTO PARANÁ é responsável pela cobrança da carteira de contratos e bens pertencentes ao Estado do Paraná, denominados "Ativos do Estado", originários da operação de saneamento do Banco do Estado do Paraná S.A., desde 28/03/2001.

Em 2014, a área de Recuperação de Ativos e Gestão de Fundos, responsável pela cobrança de ativos e bens, relatou a recuperação de R\$ 46.439.065,72 em "Ativos do Estado".

e. Fundo Garantidor de PPPs – FGP/PR

A FOMENTO PARANÁ foi incumbida pelo Governo do Paraná, por meio da lei nº 18376/2014, de assumir a gestão do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná (FGP/PR).

A administração dos recursos financeiros do FGP/PR fica a cargo da Caixa Econômica Federal. O fundo foi criado com um patrimônio de R\$ 257 milhões, entre recursos líquidos e ações preferenciais das companhias estaduais de energia (Copel) e de saneamento (Sanepar). A estruturação desse fundo teve a participação das secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda. O modelo adotado pela FOMENTO PARANÁ para a estruturação e constituição do fundo tem inspirado outros estados da federação.

VI - PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS

O quadriênio 2011-2014 representa o marco na história da FOMENTO PARANÁ e instituiu o planejamento estratégico e adotou o conceito de gestão por resultados para implantar uma metodologia de contrato de gestão. Um conjunto de objetivos e metas foram pactuados em aderência ao Plano de Metas do Governo do Paraná para esse período.

A instituição foi reestruturada, com o objetivo de ampliar o apoio aos empreendimentos de micro, pequeno e médio porte, bem como aos municípios. Nessa linha de ação, foi adotado o conceito "Se você precisa, a gente financia".

O quadro funcional foi ampliado e qualificado. Foi implantado um novo plano de cargos e salários e realizado um concurso público. Foi renovado e ampliado o parque de tecnologia da informação e as instalações físicas ganharam novos espaços e mobiliário. Diversas parcerias foram firmadas para otimizar processos e o uso dos recursos, para ampliar o acesso ao crédito de baixo custo por empreendedores de todas as regiões do estado.

Focada na missão estratégica de "promover o desenvolvimento sustentável através de apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense", a instituição obteve sua classificação de risco das agências internacionais e agora busca novas fontes de captação de recursos e novos modelos de financiamento, para que os municípios e o Estado possam promover obras para atrair novos empreendimentos e melhorar a renda e a qualidade de vida dos paranaenses.

O planejamento estratégico da instituição para os próximos cinco anos tem um conjunto de objetivos a serem cumpridos:

- Consolidação da FOMENTO PARANÁ como instituição perene e imprescindível ao desenvolvimento da sociedade paranaense;
- Reconhecimento da FOMENTO PARANÁ pelo mercado (público e privado) e pelos acionistas como instituição que apoia empreendimentos socialmente responsáveis e sustentáveis;
- Consolidação da marca FOMENTO PARANÁ por meio da execução dos planos de marketing e de comunicação;
- Estruturação de fontes de recursos compatíveis com os Planos de Produção e Expansão Comercial;
- Buscar e/ou manter a classificação de risco como grau de investimento junto às agências internacionais de rating;
- Atuação em 100% dos municípios paranaenses;
- Ampliação da aplicação dos recursos no setor privado.

Os resultados alcançados até o momento do seitor privado, de pessoas e de logística, pelo sólido relacionamento com o acionista majoritário, e pelas boas relações com o mercado, com instituições parceiras e com instituições assemelhadas do Sistema Nacional de Fomento.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
Circulante	886.873	733.779	Circulante	45.511	10.655
Disponibilidades	129	47	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 3l e 9)	8.635	2.458
Títulos e valores mobiliários (Nota 3d e 5)	663.182	548.222	BNDES	7.455	529
Carteira própria	566.605	540.631	FINAME	1.120	144
Vinculados à prestação de garantias	96.577	7.591	Outras Instituições	60	1.785
Operações de crédito	219.523	183.491	Outras obrigações (Nota 10)	36.876	8.197
Operações de crédito (Nota 3e e 6)	223.025	186.077	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6	4
Setor público	162.462	160.822	Sociais e estatutárias	18.525	1.271
Setor privado	60.563	25.255	Fiscais e previdenciárias	3.434	2.108
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3f, 6e e 6f)	(3.502)	(2.586)	Diversas	14.911	4.814
Outros créditos	3.961	1.930	Exigível a longo prazo	83.897	52.272
Rendas a receber	5.459	1.588	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 3l e 9)	61.973	31.635
(-) Deságio em operações de transferência de ativos (Nota 6a e 7a)	(1.959)	-	BNDES	50.845	28.399
Diversos (Nota 7b)	46	34	FINAME	8.667	1.444
Outros valores e bens	78	89	Outras Instituições	2.461	1.792
Realizável a longo prazo	634.392	513.681	Outras obrigações (Nota 10)	21.924	20.637
Títulos e valores mobiliários (Nota 3d e 5)	23.230	23.230	Fiscais e previdenciárias	9.703	11.537
Carteira própria	-	15.612	Diversas	12.221	9.100
Vinculados à prestação de garantias	-	7.618	Patrimônio líquido (Nota 13)	1.392.890	1.185.692
Operações de crédito	634.340	484.357	Capital		
Operações de crédito (Nota 3e e 6)	638.767	487.662	De domiciliados no país	1.207.482	1.011.742
Setor público	506.447	443.355	Reservas de capital	6	3
Setor privado	132.320	44.307	Reservas de lucros	185.402	173.947
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3f, 6e e 6f)	(4.427)	(3.305)			
Outros créditos	52	6.094	Total do passivo	1.522.298	1.248.619
(-) Deságio em operações de transferência de ativos (Nota 6a e 7a)	(6.754)	-			
Diversos (Nota 7b)	6.006	6.094			
Permanente (Nota 3i e 8)	1.033	1.159			
Investimentos	2	2			
Outros investimentos	2	2			
Imobilizado de uso	1.003	1.122			
Outras imobilizações de uso	2.194	2.418			
(-) Depreciações acumuladas	(1.191)	(1.296)			
Intangível	28	35			
Ativos intangíveis	52	49			
(-) Amortizações acumuladas	(24)	(14)			
Diferido	-	-			
Gastos de organização e expansão	257	257			
(-) Amortizações acumuladas	(257)	(257)			
Total do ativo	1.522.298	1.248.619			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receita da intermediação financeira	76.444	141.403	129.685
Operações de crédito (Nota 3e)	40.793	77.669	72.968
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 3d)	35.651	63.734	56.717
Despesas da intermediação financeira	(4.033)	(6.378)	(4.151)
Operações de empréstimos e repasses	(1.445)	(2.564)	(1.813)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3f, 6e e 6f)	(2.588)	(3.814)	(2.338)
Resultado bruto da intermediação financeira	72.411	135.025	125.534
Outras receitas/despesas operacionais	(26.597)	(49.714)	(43.811)
Receitas de prestação de serviços (Nota 14)	2.340	5.512	3.107
Despesas de pessoal (Nota 15)	(11.995)	(23.407)	(19.488)
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(15.140)	(26.677)	(19.333)
Despesas tributárias (Nota 17)	(3.724)	(7.029)	(6.360)
Outras receitas operacionais (Nota 18)	2.754	3.921	5.992
Outras despesas operacionais (Nota 19)	(832)	(2.034)	(7.729)
Resultado operacional	45.814	85.311	81.723
Resultado não operacional	-	(3)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	45.814	85.308	81.723
Imposto de renda e contribuição social (Nota 3m e 12)	(5.520)	(9.593)	(7.913)
Provisão para imposto de renda	(3.376)	(5.922)	(4.880)
Provisão para contribuição social	(2.144)	(3.671)	(3.033)
Participações estatutárias no lucro	(1.829)	(1.829)	(1.261)
Lucro líquido	38.465	73.886	72.549
Juros sobre o capital próprio (Nota 3n e 13c)	(32.789)	(62.431)	(64.895)
Número de ações	1.207.482	1.207.482	1.011.742
Lucro líquido por ação do capital social (em R\$)	31,86	61,19	71,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO INFORMAÇÕES DEPLEMENTARES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

Descrição	2014		%	2013		%
	2014	2013		2013	2013	
Receitas	145.125	128.684				
Intermediação financeira	141.403	129.685				
Prestação de serviços	5.512	3.107				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.814)	(2.338)				
Outras	2.024	(1.770)				
Despesas da intermediação financeira	(2.564)	(1.813)				
Insumos adquiridos de terceiros	(26.131)	(18.686)				
Materiais, energia e outros	(128)	(146)				
Serviços de terceiros	(16.490)	(8.980)				
Outras	(9.513)	(9.560)				
Comunicação	(187)	(145)				
Propaganda, promoções e publicidade (Nota 2)	(5.632)	(6.401)				
Serviços do sistema financeiro	(317)	(166)				
Processamento de dados	(1.916)	(1.593)				
Outras (Nota 2)	(1.461)	(1.255)				
Valor adicionado bruto	116.430	108.185				
Depreciações e amortizações	(288)	(253)				
Valor adicionado a distribuir	116.142	107.932				
Distribuição do valor adicionado	116.142	107.932	100%	107.932	100%	
Pessoal	22.027	18.106	18,96%	18.106	16,77%	
Remunerações e honorários	18.617	15.397				
Benefícios e treinamento	2.438	1.915				
FGTS	972	794				
Impostos, taxas e contribuições	19.904	16.988	17,14%	16.988	15,74%	
Federais	19.622	16.827				
Estadual	1	1				
Municipais	281	160				
Remuneração de capitais de terceiros	325	289	0,28%	289	0,27%	
Aluguéis	325	289				
Remuneração de capitais próprios	73.886	72.549	63,62%	72.549	67,22%	
Juros sobre o capital próprio	62.431	64.895				
Lucros retidos	11.455	7.654				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2014 E 2013 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Legal	Estatutária		
Saldos em 01 de janeiro de 2013	1.159.697	-	2	38.857	127.436	-	1.325.992
Aumento/redução de capital							
- Com subscrição de ações no país	-	2.046	-	-	-	-	2.046
- Incorporação ao capital homologado BACEN	2.045	(2.045)	-	-	-	-	-
- Resgate de ações no país	(150.000)	-	-	-	-	-	(150.000)
Outros eventos							
- Ágio na subscrição de ações	-	(1)	1	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	72.549	72.549
Destinações							
- Reservas	-	-	-	3.628	4.026	(7.654)	-
- Juros sobre o capital próprio - limite estatutário	-	-	-	-	-	(11.066)	(11.066)
- Juros sobre o capital próprio - adicional proposto	-	-	-	-	-	(53.829)	(53.829)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.011.742	-	3	42.485	131.462	-	1.185.692
Mutações do exercício	(147.955)	-	1	3.628	4.026	-	(140.300)
Saldos em 01 de janeiro de 2014	1.011.742	-	3	42.485	131.462	-	1.185.692
Aumento de capital (Nota 13b)							
- Com subscrição de ações no país	-	195.743	-	-	-	-	195.743
- Incorporação ao capital homologado BACEN	195.740	(195.740)	-	-	-	-	-
Outros eventos							
- Ágio na subscrição de ações	-	(3)	3	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	73.886	73.886
Destinações (Nota 13c)							
- Reservas	-	-	-	3.694	7.761	(11.455)	-
- Juros sobre o capital próprio - limite estatutário	-	-	-	-	-	(12.363)	(12.363)
- Juros sobre o capital próprio - adicional proposto	-	-	-	-	-	(50.068)	(50.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.207.482	-	6	46.179	139.223	-	1.392.890
Mutações do exercício	195.740	-	3	3.694	7.761	-	207.198
Saldos em 01 de janeiro de 2014	1.011.742	14.830	4	44.256	135.470	-	1.206.302
Aumento de capital (Nota 13b)							
- Com subscrição de ações no país	-	180.912	-	-	-	-	180.912
- Incorporação ao capital homologado BACEN	195.740	(195.740)	-	-	-	-	-
Outros eventos							
- Ágio na subscrição de ações	-	(2)	2	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	38.465	38.465
Destinações (Nota 13c)							
- Reservas	-	-	-	1.923	3.753	(5.676)	-
- Juros sobre o capital próprio - limite estatutário	-	-	-	-	-	(6.762)	(6.762)
- Juros sobre o capital próprio - adicional proposto	-	-	-	-	-	(26.027)	(26.027)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.207.482	-	6	46.179	139.223	-	1.392.890
Mutações do semestre	195.740	(14.830)	2	1.923	3.753	-	186.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de Reais)

	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	38.465	73.886	72.549
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciações e amortizações	144	288	253
Doações de bens do imobilizado	-	3	-
Constituição de provisão para operações de crédito	2.588	3.814	2.338
Constituição de provisão para contingências	280	952	2.073
Reversão de provisão para riscos fiscais	(1.601)	(1.834)	1.587
Reversão de outras provisões	(36)	(40)	(221)
Lucro líquido ajustado	39.840	77.069	78.579
Redução (aumento) de ativos operacionais			
Títulos e valores mobiliários	(73.800)	(40.508)	17.581
Operações de crédito	(134.988)	(189.829)	12.421
Outros créditos	6.016	4.011	9.197
Outros valores e bens	86	11	(17)
Aumento (redução) de passivos operacionais			
Outras obrigações	12.143	12.876	1.066
IRPJ e CSLL a pagar	1.102	1.176	549
Impostos e contribuições a recolher	136	148	278
Obrigações por repasses do país	27.595	36.515	12.340
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(121.870)	(98.531)	131.994
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações no imobilizado	(30)	(161)	(498)
Aplicações no intangível	(1)	(4)	(6)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	(31)	(165)	(504)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização (redução) de capital	150.000	150.000	(150.000)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	(64.883)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamentos	150.000	150.000	(214.883)
(Redução)/aumento no caixa e equivalentes de caixa	28.099	51.304	(83.393)
Modificações na posição financeira			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	518.643	495.438	578.831
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício (Nota 4)	546.742	546.742	495.438
(Redução)/aumento no caixa e equivalentes de caixa	28.099	51.304	(83.393)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Fomento Paraná - Agência de Fomento do Paraná S.A. é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, conforme Lei Estadual nº 11.741 de 19/06/97 e alterações posteriores. É regida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.828 de 30/03/01 e respectivas alterações. O objeto social é apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

- (a) Fundos e programas oficiais;
- (b) Organismos federal, estaduais e municipais;
- (c) Empresas e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- (d) Captação de depósitos interfinanceiros vinculados a operações de microfinanças - DIM.

Figura também no objeto social a prestação de garantias, prestação de serviços de consultoria e o papel de agente financeiro e administrador de fundos, inclusive os de desenvolvimento, financiamento e investimento do Estado.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada em reunião da Diretoria em 10 de março de 2015.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na nota explicativa 11.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

Reclassificações para comparabilidade

Foram efetuadas reclassificações na Demonstração de valor adicionado de 31 de dezembro de 2013, com o objetivo de melhorar sua comparabilidade com o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. As despesas de promoções e relações públicas anteriormente evidenciadas na rubrica "Outras", foram reclassificadas para a rubrica de "Propaganda, promoções e publicidade", conforme a seguir:

	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Insumos adquiridos de terceiros			
Propaganda, promoções e publicidade	(5.688)	(713)	(6.401)
Outras	(1.968)	713	(1.255)

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS

As operações foram contabilizadas em observância às práticas consubstanciadas no COSIF, dentre as quais se destacam:

a. Apresentação do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Abraça o saldo de disponibilidades e títulos e valores mobiliários originais de três meses ou menos, a partir da data de contratação e que estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, e são geralmente utilizados na gestão de direitos e obrigações de curto prazo.

c. Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessária a utilização de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Eventos como: provisões para riscos fiscais, contingências e créditos de liquidação duvidosa incluem certas estimativas e os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua avaliação. A Fomento Paraná revisa as estimativas e premissas periodicamente.

d. Títulos e valores mobiliários

Em cumprimento ao estabelecido no art. 1º da Resolução nº 3.834/10 do CMN, a Fomento Paraná aplica suas disponibilidades de caixa em cotas de fundos de investimento, formados exclusivamente por títulos públicos federais, para tanto, constituiu fundos de renda fixa destinados a investidores restritos - Fomento Paraná, Fundo de Aval Rural (FAR), Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM) e "Ativos do Estado" - sob gestão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e fundo referenciado exclusivamente administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM e aplica também num fundo de curto prazo gerido pelo Banco Itaú S.A., todos sob a forma de condomínio aberto, conforme demonstrado na nota explicativa 5.

Os fundos de investimento restrito, exclusivo e aberto são mensurados pelo valor da cota na data do balanço. Esta informação está disponível na CVM e corresponde ao valor de liquidação naquela data.

As agências de fomento não se aplicam os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários dispostos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, os quais também foram instituídos pela Lei nº 11.638/07.

e. Operações de crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixadas, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando prefixadas, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e aquelas que já haviam sido baixadas por provisões e que estavam em contas de compensação são mantidas como nível "H".

f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização dos mesmos, seguindo as determinações legais estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00 e Cartas-Circulares BACEN nº 2.899/00 e 2.903/00. Para as operações com saldo inferior a R\$ 50 a provisão é constituída tendo por base o nível de atraso dos contratos. A Fomento Paraná adota a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme trata o parágrafo 2º do inciso II do art. 4º da Resolução nº 2.682/99.

Em face da característica do crédito concedido e da baixa inadimplência da carteira, a Fomento Paraná optou por não constituir provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682/99.

g. Operações com ativos financeiros - transferência substancial dos riscos e benefícios

As transações de venda ou transferência de ativos financeiros com transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação são registradas e demonstradas conforme determina a Resolução CMN nº 3.533/08:

- (i) pela instituição vendedora ou cedente;
- (a) o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência deve ser baixado do título contábil utilizado para registro da operação original;
- (b) o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada;
- (ii) pela instituição compradora ou cessionária, o ativo financeiro adquirido deve ser registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, mantidos controles analíticos extracontábeis sobre o valor original contratado da operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Fomento Paraná adquiriu carteira de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, conforme nota explicativa 6, itens "a" e "i".

h. Despesas antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros, consequentemente, são registradas no ativo e reconhecidas no resultado observando o regime de competência.

i. Ativo permanente

A contabilização no ativo permanente é feita pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações calculadas pelo método linear, observando as taxas anuais mencionadas na nota explicativa 8.

Os gastos com benfeitorias em bens de terceiros estão sendo amortizados de acordo com os prazos dos respectivos contratos de locação.

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Ao final de cada exercício, a Fomento Paraná avalia esses ativos para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável, um ajuste é reconhecido.

k. Provisões para passivos contingentes e riscos fiscais

Os passivos contingentes são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é feita com base na opinião do departamento jurídico da instituição, conforme divulgado na nota explicativa 11.

l. Atualização monetária de obrigações

As obrigações estão atualizadas até a data do balanço e seu reflexo reconhecido no resultado do exercício.

m. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A instituição está sujeita ao Regime de Tributação pelo Lucro Real e reconhece a provisão para imposto de renda, mensalmente pelo regime de competência, à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240/ano, enquanto que a contribuição social é calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 15%. Conforme faculta a legislação tributária, a Fomento Paraná opta pelo pagamento do imposto de renda e da contribuição social com base na estimativa da receita e recolhe mensalmente esses valores a título de antecipação do imposto devido no ajuste anual. As antecipações pagas por estimativa são registradas em conta redutora da provisão para impostos e contribuições sobre lucros, conforme previsto no art. 5º da Circular BACEN nº 2.353/93. Os impostos passíveis de compensação estão demonstrados no ativo circulante de acordo com a previsão de sua realização.

n. Juros sobre o capital próprio

Conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio estão contabilizados como despesas, no entanto, para fins de divulgação, são revertidos na rubrica "Lucros acumulados", não afetando o lucro líquido, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dez/2014	Dez/2013
Disponibilidades	129	47
Cotas de fundos de investimentos	546.613	495.391
Total caixa e equivalentes de caixa	546.742	495.438

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
a. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo		
Discriminação	Dez/2014	Dez/2013
I - Livres		
Títulos públicos federais - LFT-A ⁽¹⁾	-	45.241
Fundo de investimento de curto prazo - aberto	142	74
Fundos de investimento de renda fixa - restritos ⁽²⁾	566.361	510.928
Fundo garantidor de investimentos - FGI ⁽³⁾	102	-
Subtotal	566.605	556.243

II - Vinculados à prestação de garantias		
Fundo de investimento referenciado DI - exclusivo ⁽⁴⁾	96.577	15.209
Subtotal	96.577	15.209
Total	663.182	571.452
<i>Circulante</i>	663.182	548.222
<i>Longo prazo</i>	-	23.230

(1) No presente exercício os resgates do Tesouro LFT-A que foram emitidas em 02 de dezembro de 1999 e o vencimento deu-se em 01 de dezembro de 2014.

(2) Os fundos de investimento de renda fixa restritos recebem além dos recursos da Fomento Paraná, recursos dos fundos estaduais e da carteira de "Ativos do Estado" sob sua gestão, sendo compostos integralmente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, indexados a taxas prefixadas e pós-fixadas, sem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições, serviços de auditoria, taxas de serviços relativos à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas cobradas pelas administradoras. As cotas dos fundos não possuem prazo de carência, podendo ser resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer tempo.

O montante correspondente à Fomento Paraná aplicado nos fundos restritos, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 566.361, que equivale às seguintes participações no patrimônio dos fundos:

Administradores	Patrimônio líquido do fundo	Recursos da Fomento Paraná	% Participação
Caixa Econômica Federal	208.873	156.803	75,071%
Banco do Brasil	425.670	409.558	96,215%
	634.543	566.361	

A composição dos fundos restritos, na data, é a seguinte:

Administradores	Faixas de vencimento	Valor
Caixa Econômica Federal		
Operação compromissada - NTN-B		
LTN ^(a)	01/15 a 07/18	92.822
LFT	03/15 a 03/20	47.597
NTN-F	01/21	66.314
DI - ajuste ^(b)		2.190
Subtotal		208.873
Banco do Brasil		
Operações compromissadas - LFT	01/15	305.637
LFT	03/15 a 09/20	120.033
Subtotal		425.670
Total da carteira - fundos restritos		634.543

(a) Das aplicações em LTN, o montante de R\$ 19.992 está avaliado pelo valor contábil e refere-se a títulos que a instituição formalizou declaração de intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento, em 01/01/15.

(b) As operações de derivativos, com contrato Futuro de DI, são utilizadas para adequar a carteira do fundo à política de investimento do mesmo até o limite das realizações detidas à vista, ou seja, não podem ser utilizadas para alavancar o patrimônio líquido (PL) do fundo. Essas operações são realizadas pelo gestor do fundo, objetivando uma melhor rentabilidade e agilidade nas operações, utilizando os recursos dos contratos de DI para montar e desmontar posições prefixadas quando projeto queda na curva de juros.

(c) A Fomento Paraná, passou a operar com a garantia do FGI – Fundo Garantidor Investimento, administrado pelo BNDES, para tanto, conforme previsto nas normas do respectivo fundo, adquiriu cotas na proporção de 0,5% dos valores que pretendem garantir nas operações.

(d) Refere-se a recursos aplicados em cotas de um fundo de investimento exclusivo, lastreado integralmente por títulos públicos federais, constituído em 3 de setembro de 2014 junto ao Banco BTG Pactual S.A., como garantia para uma operação de fiança na qual a Fomento Paraná figura como contratante. A Carta Fiança emitida pelo Banco BTG Pactual S.A. exerce a função de Garantia Pública provisória no âmbito do contrato de Concessão Partocinada da Rodovia PR 323, conforme edital de Concorrência nº 001/2014 entre o DER - Departamento de Estradas de Rodagens (Estado do Paraná) e a Concessionária Rodas Fronteiras S.A. Esta garantia será válida até a efetividade do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná - FGP-PR, instituído pela Lei Estadual nº 17.046/2012, cuja gestão é feita pela Agência de Fomento do Paraná S/A, nos termos do artigo 27 do mencionado diploma legal, que tem a finalidade de prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos em virtude de parcerias integrantes do Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná. A Carta Fiança é prestada pelo prazo de até 13 meses, a contar da sua emissão em 03 de setembro de 2014, porém poderá ser finalizada a qualquer momento, assim que o FGP-PR estiver ativo. Com isso o fundo exclusivo será liberado da função de contragarantia da operação.

6 OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
------------------------	--	--

a. Classificação das operações de crédito		
Descrição	Dez/2014	Dez/2013
Empréstimos	22.556	-
Financiamentos	236.026	123.875
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	603.210	549.864
Carteira bruta⁽¹⁾	861.792	673.739
(-) Deságio na aquisição de carteira	(8.713)	-
Carteira líquida de ajuste	853.079	673.739
(-) Provisão para operações de crédito	(7.929)	(5.891)
Carteira líquida de provisão	845.150	667.848

(1) No montante da carteira de crédito está incorporado o deságio na aquisição de operações de crédito, registrado na conta "Deságio em operações de transferência de ativos", conforme descrito na nota explicativa 7a.

b. Composição por setor de atividade econômica		
	Dez/2014	Dez/2013
Setor privado	184.170	69.562
Indústria	74.235	13.184
Comércio	42.257	31.992
Outros serviços	63.831	16.654
Pessoas físicas	3.847	7.732
Setor público	668.909	604.177
Administração direta municipal	668.909	604.177
Carteira líquida de ajuste	853.079	673.739

c. Concentração dos principais devedores de operações de crédito					
Descrição	Dez/2014	% da Carteira	Dez/2013	% da Carteira	
Principal devedor	57.102	6,69%	61.170	9,08%	
10 Maiores devedores	171.070	20,05%	149.768	22,23%	
50 Maiores devedores	239.416	28,06%	207.592	30,81%	
Demais devedores	385.491	45,20%	255.209	37,88%	
Carteira líquida de ajuste	853.079	100,00%	673.739	100,00%	

d. Composição da carteira por níveis de risco e faixas de vencimento											
Operações em curso normal											
Níveis de risco	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Carteira líquida de ajuste	
Parcelas vencidas	166.005	548.884	91.960	30.343	897	142	34	17	257	838.559	
1 a 30 dias	4.193	15.008	2.350	329	23	7	3	2	15	21.930	
31 a 60 dias	2.876	11.268	1.939	773	24	6	3	1	14	16.884	
61 a 90 dias	2.957	11.599	1.919	776	21	7	3	1	14	17.297	
91 a 180 dias	9.115	34.733	5.834	2.286	59	20	7	3	36	52.093	
181 a 360 dias	18.660	70.104	11.991	4.074	164	31	10	3	61	105.098	
Acima de 360 dias	128.204	406.172	67.927	22.125	606	71	8	7	117	625.237	
Parcelas vencidas até 14 dias	-	-	-	17	-	-	-	-	-	17	
Subtotal	166.005	548.884	91.960	30.360	897	142	34	17	257	838.556	
Operações em curso anormal											
Parcelas vencidas	-	584	4.011	3.893	1.505	771	428	383	1.088	12.663	
1 a 30 dias	-	13	196	152	70	39	31	22	69	592	
31 a 60 dias	-	11	175	145	67	38	30	21	64	551	
61 a 90 dias	-	11	174	142	66	38	30	21	63	545	
91 a 180 dias	-	33	501	400	181	108	79	60	178	1.540	
181 a 360 dias	-	68	898	730	302	196	119	99	273	2.659	
Acima de 360 dias	-	448	2.067	2.054	819	352	139	160	441	6.776	
Parcelas vencidas até 14 dias	-	17	225	398	217	159	134	120	590	1.860	
1 a 14 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
15 a 30 dias	-	17	215	161	80	39	30	23	73	638	
31 a 60 dias	-	-	10	121	67	31	27	21	68	345	
61 a 90 dias	-	-	-	64	49	34	25	19	63	254	
91 a 180 dias	-	-	-	52	21	55	52	57	179	416	
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	207	207	
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subtotal	-	601	4.236	4.291	1.722	930	562	503	1.678	14.523	
Total geral em 31/12/2014	166.005	549.485	96.196	34.651	2.619	1.072	596	520	1.935	853.079	
Total geral em 31/12/2013	18.619	527.830	120.972	3.091	758	452	424	221	1.372	673.739	

e. Composição por nível de risco e provisão constituída											
Classificação de risco	Carteira líquida de ajuste	% partici.	Dez/2014		Dez/2013						
			Provisão resolução BACEN	Valor	Provisão resolução BACEN	Valor					
AA	166.005	19,46	-	-	-	-					
A	549.485	64,41	0,5	2.747	2,639	-					
B	96.196	11,28	1,0	962	1,210	-					
C	34.651	4,06	3,0	1.039	93	-					
D	2.619	0,31	10,0	262	76	-					
E	1.072	0,12	30,0	322	135	-					
F	596	0,07	50,0	298	212	-					
G	520	0,06	70,0	364	154	-					
H	1.935	0,23	100,0	1.935	1,372	-					
Total	853.079	100,00		7.929	5.891						

f. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa		
	2014	2013
Saldo no início do exercício	5.891	4.826
Provisão constituída	7.920	4.776
Reversão de provisão	(3.806)	(2.438)
Efeito no resultado	3.814	2.338
Créditos baixados para prejuízo	(1.776)	(1.273)
Saldo no fim do exercício	7.929	5.891

g. Garantias
Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a Fomento Paraná aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais de hipoteca, alienação fiduciária de bens móveis, penhor de direitos e títulos de crédito, fiança bancária, fundos garantidores de crédito (FAMPE e FGI) e garantias emitidas por outras instituições, como sociedades de garantia de crédito. Nas operações de crédito concedidas às prefeituras são aceitas quotas parte do ICMS e/ou FPM.

h. Créditos renegociados e recuperados		
Discriminação	Dez/2014	Dez/2013
Renegociação	1.787	890
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	876	336

O saldo acumulado das operações de crédito baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação é de R\$ 6.969 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 6.068 em dez/2013).

i. Cessão de créditos
Em dezembro de 2014 a Fomento Paraná adquiriu os direitos creditórios sobre 12 operações de crédito da carteira do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) no montante de R\$ 33.008, pelo valor de R\$ 24.295. A diferença entre o valor nominal e o valor pago foi contabilizado como deságio no grupo "Outros Créditos". A receita com essas operações de crédito está sendo reconhecida no resultado pelas respectivas taxas efetivas. Em 26 de dezembro de 2014, efetuou-se o pagamento de R\$ 15.733, restando registrado em Outros créditos, o valor a pagar de R\$ 8.562, conforme nota explicativa 10, pago ao FDE em 30 de janeiro de 2015. Conforme determina a Resolução BACEN nº 3.533/08, o ativo financeiro adquirido foi registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, mantidos controles analíticos extracontábeis sobre o valor original contratado da operação.

7 OUTROS CRÉDITOS		
-------------------	--	--

a. Deságio em operações de transferência de garantias
Nesta conta está registrado o saldo a realizar do deságio incorrido na aquisição dos direitos creditórios sobre 12 operações de crédito da carteira do FDE. O deságio está sendo reconhecido no resultado conforme o prazo de cada operação. Em 31 de dezembro de 2014, o valor do deságio é de R\$ 8.713.

b. Diversos		
	Dez/2014	Dez/2013
Adiantamentos concedidos	215	233
Devedores por depósitos em garantia ⁽¹⁾	6.853	6.112
Devedores diversos pais	199	1
Total	7.267	6.436
<i>Circulante</i>	461	342
<i>Longo prazo</i>	6.806	6.094

(1) Nesta conta estão registrados os depósitos judiciais das ações em curso, sendo que R\$ 6.790 (R\$ 6.094 em dez/2013) refere-se ao depósito na ação declaratória de nulidade tributária, Ação da Fazenda Pública Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paranaense, autos nº 32.1/2007 - 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, originária dos autos de infração da Prefeitura Municipal de Curitiba, relativos aos anos de 2002 a 2008. Considerando que a prestação de serviço é contínua e que a ação ainda está em andamento, a Fomento Paraná vem retendo, mensalmente 5% de ISS sobre as faturas de prestação de serviço do fornecedor e depositando judicialmente.

8 ATIVO PERMANENTE				
--------------------	--	--	--	--

a. Imobilizado de uso				
	Dez/2014	Dez/2013	Valor líquido	Valor líquido
	(*)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamentos	10%	1.256	(595)	661
Sistema de comunicação	10%	54	(15)	39
Processamento de dados	20%	593	(379)	214
Sistema de transporte	20%	58	(58)	-
Benfeitorias de bens de terceiros	20% a 50%	233	(144)	89
Total		2.193	(119)	1.003

(*) Taxa anual de depreciação e amortização.

b. Movimentação do imobilizado de uso				
---------------------------------------	--	--	--	--

	Instalações, móveis e equipamentos	Processamento de dados	Outros ⁽¹⁾	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2013	474	281	108	863
Adições	257	94	147	498
Depreciações	(90)	(83)	(66)	(239)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	641	292	189	1.122
Saldo em 01 de janeiro de 2014	641	292	189	1.122
Adições	126	8	28	162
Baixas	(3)	-	-	(3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

horas extras, INSS, equiparação salarial, intervalos e juros de mora do período "laborado", as quais existem possibilidades de êxito na demanda aforada. A empresa é demandada, ainda, por ex-funcionários concursados, cujo pedido principal refere-se à reintegração ao serviço, ao não pagamento da participação nos lucros e resultados e horas extras. Há também ações judiciais de ex-diretores que pleiteiam o pagamento da multa de 40% do FGTS nos ruzos e rescisão contratual atipada.

Ações trabalhistas	Dez/2014	Dez/2013
Terceirizado	-	21
Ex-funcionário concursado	458	89
Ex-diretores	217	194
Total	675	304

b. Ações cíveis

As provisões para ações cíveis são originárias de 17 processos, sendo eles:

■ Ação de cobrança movida pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE que versa sobre notas fiscais pendentes de pagamento referentes aos exercícios de 2002 a 2003, a qual foi devidamente contestada pela Fomento Paraná contendo alegação que o serviço não foi prestado em sua integralidade, bem como ocorreu um desvirtuamento do convênio nº 01/2000, firmado entre as partes. Houve prolação de sentença em 16/11/09, cuja publicação ocorreu no Diário de Justiça do dia 19/01/10. Foi interposto o pertinente Recurso de Apelação contra a decisão ajuizada, além da matéria de mérito, nulidade da sentença em razão do cerceamento de defesa, em razão de ter sido realizado julgamento antecipado da lide sem a produção de prova pericial, expressamente requerida, não tendo sido proferido despacho saneador nos autos deferindo ou não tal requerimento. O Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná deu provimento ao recurso, com a anulação da sentença prolatada e determinando o retorno dos autos à primeira instância para a produção das provas requeridas. Com o retorno dos autos, aguarda-se o seu regular andamento processual, com a produção de provas e realização de audiência de instrução, que ainda não ocorreram;

■ Quinze processos movidos por mutuários, visando à reparação de supostos danos morais e materiais, por alegado registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito e por alegações de descumprimento contratual;

■ Ação de cobrança de honorários advocatícios, aforada por Cavalcanti de Albuquerque Advogados Associados S/C, autos nº 1897/2009, em trâmite perante a 14ª Vara Cível desta capital. O juízo daquela vara julgou-se incompetente, remetendo os autos à 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (autos nº 18098/2010), onde se encontra em fase de instrução processual. O laudo pericial foi desfavorável à Fomento Paraná, considerando, para fins de cálculo de honorários advocatícios, todas as renegociações efetivadas durante a duração do contrato, e não apenas o efetivamente recebido. Em audiência realizada em 29/08/2013, foram colhidos o depoimento pessoal do autor e de testemunhas e realizada juntada de novos documentos. O processo encontra-se concluído para prolação de sentença.

Ações cíveis	Dez/2014	Dez/2013
Ação de cobrança - ABDE	1.844	1.656
Diversos - danos morais e materiais	592	530
Cobrança de honorários advocatícios	2.455	2.154
Total	4.891	4.340

c. Movimentação das provisões para passivos contingentes

	2014		2013	
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo no início do exercício	304	4.340	4.644	2.915
Movimentação com efeito no resultado	387	565	952	2.073
Atualização/encargos	77	576	653	1.827
Constituição	340	4	344	311
Baixa por reversão	(30)	(15)	(45)	(65)
Baixa por pagamento	(16)	(14)	(30)	(344)
Saldo no final do exercício	675	4.891	5.566	4.644

d. Fisco Municipal – Autuação ISS

Em 2006 e 2010, a Fomento Paraná foi autuada pelo Município de Curitiba, pela ausência de retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviço dos exercícios de 2002 a 2008, decorrentes do Ato Conjunto firmado entre a Fomento Paraná/SEFA e Paracidade/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal. Sobre esta autuação há depósito em juízo decorrente da Ação Declaratória de Imunidade Tributária, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paracidade (autos nº 321/2007 - 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba), ação esta que a Fomento Paraná atua na qualidade de assistente. Afora isso o processo encontra-se aguardando julgamento, sem data prevista. Eventual procedência da demanda implicará no cancelamento dos autos de infração da prefeitura que versem sobre ISS.

Em 06/03/13, foi proferida decisão interlocutória nos autos em epígrafe determinando o depósito dos valores relativos aos autos de infração nº 201.174 e 201.197 (anos 2005 e 2006), no montante de R\$ 1.062, bem como declarou a suspensão de exigibilidade dos autos nº 201.203, 201.204, 201.205, 201.207, com fulcro no art. 151, inciso II do Código Tributário Nacional, por não ter vislumbrado prejuízo ao Município de Curitiba/PR, em razão da existência de depósito judicial, referente aos anos de 2007 e 2008.

O valor depositado em juízo encontra-se registrado na rubrica "Devedores por depósitos em garantia", conforme demonstrado na nota 7b e sobre este montante não é constituída provisão, tendo em vista que o valor depositado foi retido do Paracidade. Considerando que a prestação de serviço é contínua e que a ação ainda está em andamento, desde 2007 a Fomento Paraná vem retendo mensalmente 5% de ISS sobre as faturas de prestação de serviço do fornecedor e depositando judicialmente. Conforme mencionado no item "g" adiante, a Fomento Paraná reteve dos pagamentos efetuados ao Paracidade, o valor do depósito judicial referente aos autos de infração nº 201.174 e 201.197.

e. Fisco Federal - Auto de infração PIS e COFINS

A Fomento Paraná adota o regime cumulativo para apuração do PIS e COFINS (alíquota de 0,65% e 4,00%, respectivamente), nos termos da Instrução Normativa SRF nº 247/2002 e alterações posteriores. No entanto, a Receita Federal lavrou autuação em algumas agências de fomento no país em razão da adoção do regime cumulativo, gerando a possibilidade de enquadramento das agências de fomento no regime de apuração não-cumulativo destas contribuições, nos termos das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, em que contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas referidas Instituições, descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,6% (COFINS).

Em data de 22/05/13 a Fomento Paraná recebeu termo de início de ação fiscal, autuada sob nº MPF 09.0.01.00-2013-00033-9, solicitando esclarecimentos sobre a utilização do regime cumulativo para apuração e cálculo das contribuições sociais para PIS/PASEP e COFINS utilizado por esta instituição, no período de julho de 2008 a dezembro de 2011. No entendimento da SRF o regime utilizado deveria ser o não-cumulativo, tendo em vista que as agências de fomento não se enquadram no rol de instituições financeiras do art. 3º, parágrafos 6º e 7º da Lei nº 9.718/98. Foram apresentados esclarecimentos quanto à forma de recolhimento utilizada pela Fomento Paraná e pelas demais Agências de Fomento nacionais, não tendo a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 9ª Região Fiscal acatado os esclarecimentos apresentados, lavrando autos de infração, em data de 30/07/2013. Muito embora, a diferença entre a utilização do regime cumulativo e o não-cumulativo suscitasse o valor de R\$ 4.734 - já computada a multa e os juros - observado que, pelo regime não-cumulativo aplicado sobre o montante das receitas financeiras é garantida a "alíquota zero" prevista no Decreto nº 5.442/05, o referido auto acabou sendo lavado no valor de R\$ 41.830, contrariando o direito previsto pelo art. 1º do referido decreto a que a instituição faz jus.

A Fomento Paraná, por meio de seu departamento jurídico, apresentou impugnação aos referidos autos de infração, na esfera administrativa, no qual obteve-se em sessão em 8 de outubro de 2013 exto parcial, com a redução do auto de infração para o valor provisionado de R\$ 4.734, que se atualizou até 31 de dezembro de 2014 soma R\$ 5.090. A decisão proferida foi submetida de ofício à análise do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por força do art. 34 do Decreto nº 70.235/72, e alterações posteriores, que prevê a exigência de recurso necessário.

Intimada em 14/02/14 do acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento, a Fomento Paraná interpôs recurso voluntário contra o acórdão, na parte em que foi mantida a exigência parcial dos débitos. Em seguida, o processo foi remetido ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, para apreciação dos recursos voluntário e de ofício. A Fomento Paraná, por meio de seus advogados, apresentou também petição contendo suas contrarrazões ao recurso de ofício. No momento, aguarda-se o julgamento de ambos os recursos.

f. Provisão tributária

A provisão tributária corresponde aos impostos federais e municipais: PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e ISS, no montante de R\$ 4.613, constituída sobre os valores repassados à Fomento Paraná pelo acionista majoritário "Estado do Paraná" nos exercícios de 2007 a 2011, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, decorrentes da gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e da gestão da carteira de crédito dos "Ativos do Estado", oriundos do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná - BANEESTADO. O registro da forma adotada pela Fomento Paraná tem fundamento nos seguintes instrumentos jurídicos: contrato de GESTÃO DE BENS, direitos e obrigações dos "Ativos do Estado", celebrado entre o acionista Estado do Paraná e a Fomento Paraná e o Decreto Estadual 692/07, que regulamenta o repasse de recursos pela gestão do FDE como AFAC. Corroborada pelo Parecer Jurídico tributário TSC - 1470/2013, emitido por consultoria tributária externa, a Administração constituiu a respectiva provisão, por entender se tratar de perda provável.

g. Movimentação das provisões para riscos fiscais

	2014			2013		
	Fisco municipal (1)	Fisco federal	Tributária	Total	Total	Total
Saldo no início do exercício	1.135	4.854	5.548	11.537	10.180	
Movimentação com efeito no resultado	(1.135)	236	(935)	(1.834)	641	
Atualização/encargos	65	236	422	723	641	
Constituição	-	-	-	-	4.734	
Baixa por reversão	(1.200)	-	(1.357)	(2.557)	(3.788)	
Baixa por pagamento	-	-	-	-	(230)	
Saldo no final do exercício	-	5.090	4.613	9.703	11.537	

(1) Em 2014 a Fomento Paraná reteve dos pagamentos efetuados ao Paracidade o valor do depósito judicial referente aos autos de infração nº 201.174 e 201.197. Desta forma foram revertidos os valores da provisão constituída para esta contingência.

12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Dez/2014		Dez/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e rentes	85.308	85.308	81.723	81.723
Juros sobre o capital próprio	(62.431)	(62.431)	(64.895)	(64.895)
Participações estatutárias no lucro	(1.829)	(1.829)	(1.261)	(1.261)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	3.496	3.425	4.715	4.652
Adições (exclusões) temporárias	3.885	3.809	5.216	5.153
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.636	3.636	2.281	2.281
Provisões trabalhistas e cíveis	922	922	1.729	1.729
Provisões para riscos fiscais	(1.834)	(1.834)	1.357	1.357
Rendas a apropriar em atraso	200	200	257	257
Outras provisões	961	885	(408)	(471)
Adições (exclusões) permanentes	(389)	(384)	(501)	(501)
Doações e patrocínios	174	174	149	149
Outras adições (exclusões) permanentes	(563)	(558)	(650)	(650)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL do exercício	24.544	24.473	20.282	20.219
Incentivos fiscais	(190)	-	(167)	-
Imposto de renda e contribuição social	5.922	3.671	4.880	3.033

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 2.000.000 dividido em 2.000.000 (dois milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.207.482 (R\$ 1.011.742 em dez/2013), representado por 1.207.482 (1.011.742 em dez/2013) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Aumento de capital

Conforme atas da 61ª, 62ª e 63ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizadas respectivamente em 30 de abril, 30 de julho e 29 de outubro de 2014, deliberou-se aumentar o capital social da instituição em total de R\$ 45.740, através da utilização dos juros sobre o capital próprio; e aumento no montante total de R\$ 150.000, por meio de aporte em dinheiro pelo Estado do Paraná. Os respectivos aumentos de capital foram autorizados pelo Banco Central de acordo com os ofícios 12.457/2014-BCB/DEORF/GTCUR de 11/08/14, 12.614/2014-BCB/DEORF/GTCUR de 13/08/14 e 20.252/2014-BCB/DEORF/GTCUR de 22/12/14, conforme demonstrado a seguir:

	Estado do Paraná	Celepar	Total
Juros sobre o capital próprio - 2013	-	10	10
Juros sobre o capital próprio - 1º, 2º e 3º trimestre 2014	45.724	6	45.730
Em dinheiro	150.000	-	150.000
Valor total	195.724	16	195.740
Nº ações	195.724	16	195.740

c. Juros sobre o capital próprio e destinação do lucro líquido

Nos termos do Estatuto Social, aos acionistas é atribuído, em cada exercício, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, calculado conforme legislação societária. Através das Atas da 100ª, 103ª, 106ª e 109ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizadas respectivamente em 18 de março, 25 de junho, 24 de setembro, 16 de dezembro de 2014, foi aprovado nos termos do Estatuto Social da Fomento Paraná, o crédito dos juros sobre o capital próprio relativo, respectivamente, ao 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2014.

Os juros sobre o capital próprio foram calculados sobre o patrimônio líquido, limitados à variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de R\$ 2, resultando no valor líquido de R\$ 62.429 (R\$ 64.893). Do total creditado, R\$ 45.730 foram utilizados para aumento de fonte da Instituição e R\$ 16.696 estão registrados em Obrigações sociais e estatutárias, aguardando deliberação do Conselho de Administração para sua destinação.

Os juros sobre o capital próprio - JCP são imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos no exercício, sendo considerado complementar o que exceder ao valor do mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social.

Em conformidade com o estabelecido no art. 52 do Estatuto Social da Fomento Paraná, o resultado apurado no exercício foi destinado da seguinte forma:

	Dez/2014	Dez/2013
Lucro líquido do exercício	73.886	72.549
Reserva legal (5% do lucro líquido)	3.694	3.628
Lucro líquido ajustado	70.192	68.921
Juros sobre o capital próprio - limite estatutário	12.363	11.066
Juros sobre o capital próprio - adicional ao mínimo obrigatório	50.068	53.829
Constituição de reserva estatutária	7.761	4.026

14 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2014	2013
Operações de crédito - PJ	45	-
Administração de fundos estaduais (1)	5.452	3.107
Agente financeiro	15	-
Total	5.512	3.107

(1) Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e dos "Ativos do Estado" sob gestão da Fomento Paraná, esta é remunerada conforme a Lei Estadual nº 17.732/13 e o contrato de gestão de bens, direitos e obrigações dos "Ativos do Estado", celebrado entre o acionista Estado do Paraná e a Lei Estadual nº 5.515/67, que regulam o repasse do Estado para a gestão do FDE, conforme evidenciado na nota 21 item "a".

15 DESPESAS DE PESSOAL

	2014	2013
Proventos	(14.047)	(11.261)
Encargos sociais	(4.181)	(3.437)
Benefícios	(2.385)	(1.807)
Honorários de diretores e conselheiros	(2.152)	(2.064)
Remuneração estagiários	(589)	(811)
Treinamento	(53)	(108)
Total	(23.407)	(19.488)

16 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2014	2013
Serviços de terceiros (1)	(15.881)	(8.313)
Publicações, propaganda e publicidade (2)	(4.636)	(5.688)
Processamento de dados	(1.916)	(1.593)
Relações públicas	(996)	(713)
Serviços técnicos especializados	(608)	(661)
Viagens	(425)	(479)
Aluguéis	(325)	(289)
Serviços do sistema financeiro	(317)	(166)
Depreciações e amortizações	(187)	(253)
Comunicações	(187)	(145)
Contribuições filantrópicas	(174)	(249)
Manutenção e conservação de bens	(118)	(95)
Materiais de expediente	(89)	(112)
Transporte	(64)	(79)
Outras despesas administrativas	(265)	(498)
Total	(66.777)	(19.333)

(1) Do total registrado nesta conta, R\$ 14.905 (R\$ 7.533 em dez/2013) refere-se a despesas com o Paracidade decorrentes do Ato Conjunto firmado em execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paraense, a serem financiados pela Fomento Paraná, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM), remunerado à taxa de 8%, calculado sobre cada liberação de recurso do contrato relativo à operação de crédito.

(2) Nesta rubrica são registradas as despesas de publicidade legal, materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing, visando à divulgação da marca e dos produtos da Fomento Paraná, focando principalmente na ampliação do volume de negócios junto ao público-alvo.

17 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2014	2013
PIS	(941)	(862)
COFINS	(5.790)	(5.302)
CIDE, PIS e COFINS Importação	(16)	(35)
IPVA	(1)	(1)
ISS	(276)	(156)
IPTU	(5)	(4)
Total	(7.029)	(6.360)

18 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Recuperação de encargos e despesas	1.134	1.116
Reversão de provisões	2.643	4.074
Outras	144	802
Total	3.921	5.992

19 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Provisões para contingências - trabalhistas	(417)	(273)
Provisões para contingências - cíveis	(580)	(1.865)
Provisões para riscos fiscais	(723)	(5.375)
Outras	(314)	(216)
Total	(2.034)	(7.729)

20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

Os valores operáveis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos (operações de créditos e títulos de valores mobiliários) e passivos (operações de repasses no país) se aproximam de seus correspondentes valores de realização. Não é prática da Fomento Paraná operar com derivativos financeiros, porém os fundos de investimento em que a instituição aplica seus recursos financeiros podem, estrategicamente, efetuar operações com derivativos para fins de proteção em quanto ao risco de variação das taxas de juros praticadas e para adequação da carteira à política de investimento desses fundos restritos.

21 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Na divulgação sobre partes relacionadas é observada a Resolução CMN/BACEN nº 3.750/09, que determina a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas pelas instituições financeiras.

De acordo com o pronunciamento, são partes relacionadas da Fomento Paraná, o Estado do Paraná, o Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP (em liquidação), o Serviço Social Autônomo Paracidade, a Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR e o Pessalo-Chave da Administração.

a. Estado do Paraná

Acionista majoritário detentor de 99,98% das ações da Fomento Paraná. Atividades de gestão mediante cobrança da carteira de crédito do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e sendo remuneradas por um percentual de 4% fixado na Lei Estadual nº 5.515/67, o qual incide sobre o total de recebimentos do período e são reconhecidas na Fomento Paraná como receita de prestação de serviços de gestão.

Atividades de gestão de bens, direitos e obrigações dos "Ativos do Estado" oriundos do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná - BANEESTADO, sendo remunerada por um percentual de 10% fixado na Lei Estadual nº 17.732/13 e em contrato firmado com o Estado do Paraná, o qual incide sobre o total de recebimentos da carteira de crédito dos ativos do período. O valor repassado à Fomento Paraná é reconhecido como receita de prestação de serviços de gestão.

O Estado do Paraná cede funcionários do seu quadro próprio, sendo esta cessão com ônus para a Fomento Paraná.

A Fomento Paraná atua como agente comissão, em operação de crédito, do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU) para uma operação específica, recebendo para tanto comissão de 0,5% sobre o total da taxa aplicada.

b. Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP (em liquidação)

Instituição financeira pública estadual, sob controle financeiro do Governo do Estado do Paraná, e através de contrato de cessão não onerosa, concede para instalação da sede da Fomento Paraná, salas no prédio de sua propriedade, sendo ressarcidos apenas os gastos com condomínio. Existe ainda uma parceria com o Banco, que cede empregados de seu quadro próprio com ônus à Fomento Paraná.

c. Serviço Social Autônomo Paracidade

Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse público, criado pela Lei Estadual nº 11.498/96, revogada pela Lei Estadual nº 15.211/06. A Fomento Paraná, em cumprimento à Lei Estadual nº 13.227/01, mantém firmado com o Paracidade Ato Conjunto voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da Administração pública paraense, a serem financiadas pela Fomento Paraná, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM), sendo remunerado à taxa de 8% calculada sobre cada liberação de recurso do contrato relativo à operação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

de crédito. Para operacionalização do programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para prefeituras do Estado do Paraná – PROMAP II (segunda edição do programa) foi firmado com o Paranaidade um Termo Cooperação Técnico Operacional, no qual não há previsão de remuneração pelas atividades de operacionalização. O Paranaidade cede funcionários do seu quadro próprio, sendo esta cessão com ônus para a Fomento Paraná.

d. Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR

Acionista minoritário da Fomento Paraná, é uma sociedade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, cujo acionista majoritário é o Estado do Paraná. A prestação de serviços de informática e tecnologia da informação, através de contrato de prestação de serviços.

e. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IparDES

Autarquia estadual vinculada a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL. O IparDES cede funcionários do seu quadro próprio, sendo esta cessão com ônus para a Fomento Paraná.

f. Pessoal-Chave da Administração

O pessoal-chave da Administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pela direção e controle das atividades da Fomento Paraná, representado pela Diretoria e Conselho de Administração. As transações com essas partes relacionadas são demonstradas a seguir:

Descrição	Dez/2014			
	Ativo	Passivo	Despesa	Receita
Juros sobre o capital próprio - Estado do Paraná	-	16.693	62.418	-
Juros sobre o capital próprio - CELEPAR	-	3	13	-
Remuneração do pessoal-chave da Administração	-	167	2.546	-
Gestão de fundos, carteira de Ativos e agente financeiro ⁽¹⁾	5.605	-	-	5.467
Funcionários adidos - BADEP , Estado do Paraná, Paranaidade e IparDES	-	68	2.107	-
Tecnologia da informação - CELEPAR	-	125	1.559	-
Condomínio - BADEP	-	25	288	-
Comissão - Paranaidade	-	1.851	14.905	-
Ação judicial - ISS Paranaidade ⁽³⁾	6.790	7.235	-	-
	12.395	26.167	83.836	5.467

Descrição	Dez/2013			
	Ativo	Passivo	Despesa	Receita
Juros sobre o capital próprio - Estado do Paraná	-	-	64.883	-
Juros sobre o capital próprio - CELEPAR	-	10	12	-
Remuneração do pessoal-chave da Administração	-	274	2.457	13
Gestão de fundo e carteira de Ativos ⁽¹⁾	1.794	-	-	3.108
Funcionários adidos - BADEP e Paranaidade ⁽²⁾	-	67	1.891	-
Tecnologia da informação - CELEPAR	-	106	1.460	-
Condomínio - BADEP	-	24	205	-
Comissão - Paranaidade	-	1.045	7.533	-
Ação judicial - ISS Paranaidade ⁽³⁾	5.032	5.289	-	-
	6.826	6.815	78.441	3.121

⁽¹⁾ O valor demonstrado em "Ativo" refere-se à taxa de administração e adiantamento de despesas para pagamento de FDU em operação de financiamento específica, no ano de 2014.

⁽²⁾ Os valores referentes aos funcionários adidos do BADEP e do Paranaidade divulgados no exercício de 2013 foram alterados, em virtude da exclusão dos gastos com PLR, pois estes valores não são reembolsados ao órgão de origem, mas foram aos adidos diretamente pela Fomento Paraná.

⁽³⁾ Conforme mencionado na nota 11, item d, a Fomento Paraná vem depositando judicialmente, na ação Declaratória de Imunidade Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço emitidas pelo Serviço Social Autônomo Paranaidade, valor este registrado de direito na rubrica "Devedores por depósito em garantia", conforme nota 7b. O valor do ISS é retido mensalmente do prestador de serviço, sendo informação de valor obrigatória na rubrica "Credores diversos no país", conforme mencionado na nota 10. Quando houver decisão judicial da ação declaratória de imunidade tributária do Paranaidade, a Fomento Paraná fará o "encontro de contas", com devolução do valor retido ao Paranaidade ou a destinação do depósito judicial à Prefeitura Municipal de Curitiba, para quitação dos autos de infração.

22 ACORDO DE BASILEIA

Os limites operacionais da Fomento Paraná foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de patrimônio e capital principal, respectivamente.

DIRETORIA EXECUTIVA

Juraci Barbosa Sobrinho
Diretor-Presidente

Clemenceau Merheb Calixto
Heraldo Alves das Neves

Samuel Ieger Suss

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani
Presidente

Paulo Henrique Carrano Santos
Vice-Presidente

Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque
Cezar Augusto Carollo Silvestri
Claudio Stabile
Darci Piana
Flávio Montenegro Balan

Juraci Barbosa Sobrinho
Marcello Alvares Panizzi
Norberto Anacleto Ortigara
Rodrigo Rafael de Medeiros Martins
Ruy Fonsatti Junior

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2º SEMESTRE DE 2014

Atividades Desenvolvidas

Conforme disposto na Resolução nº 3.198/2004 do CMN, o Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Paraná S/A desenvolveu as seguintes atividades:

- I. Revisou as Demonstrações Financeiras Trimestral e Semestral da Agência de Fomento do Paraná S/A;
- II. Analisou, em conjunto com a empresa de Auditoria Independente, as principais políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras;
- III. Avaliou o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos;
- IV. Avaliou a efetividade das Auditorias Independente e Interna;
- V. Identificou a existência de questionamentos e fiscalizações por parte dos Órgãos Reguladores e de Supervisão;
- VI. Analisou o Relatório da Ouvidoria da Instituição;
- VII. Cumpriu as atribuições determinadas pelo CAD e Bacen.

Conclusões

As informações e observações obtidas no 2º Semestre de 2014 permitiram a avaliação deste Comitê de Auditoria de que o sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos, implantado na Instituição, mostra-se, de forma adequada, efetivo e consistente com a natureza e complexidade das atividades desenvolvidas, o que, de nenhum modo, afasta a necessidade de contínuas revisões e implementações de melhorias.

Constatou-se que a Auditoria Independente, de uma forma geral, desenvolveu suas atividades em padrão compatível com o porte e características da Instituição, não sendo identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer sua atuação. Em relação à Auditoria Interna, constatamos sua progressiva efetividade, com demonstrações de evoluções, quer na metodologia adotada, quer na estruturação e na qualidade de seus relatórios.

Considerando o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Risco implantado, a efetividade da Auditoria Interna e a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente, assim como seu respectivo Relatório sobre as Demonstrações Financeiras, este Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014 apresentam adequadamente a posição Financeira e Patrimonial da Agência de Fomento do Paraná S/A em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, à legislação societária brasileira e às normas editadas pelo Bacen.

Curitiba, 11 de março de 2015

Arwed Baldur Kirchgässner
Coordenador

Jefferson Rocha
Membro Qualificado

Marcelo Lacerda
Suplente

Abaixo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor:

Patrimônio de Referência	Dez/2014	Dez/2013
Nível I	1.392.889	1.185.692
Capital principal	1.392.889	1.185.692
Destaque para operações com setor público	(1.083.870)	(1.062.025)
PR para comparação com o RWA	309.019	123.667
Exigibilidades para Cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)		
Risco de crédito - RWAcpad	196.917	90.174
Risco operacional - RWAopad	184.841	184.291
Ativos ponderados pelo risco - RWA ⁽¹⁾	381.758	274.464
Patrimônio de referência mínimo requerido	41.993	30.191
Margem em relação ao patrimônio mínimo requerido	267.026	93.476
Risco de taxa de juros da carteira não negociável - Rban	67	56
Índice PR/ ativos ponderados pelo risco - %	80,95%	45,06%

⁽¹⁾ Para efeito de comparação com o período anterior, a "Alocação de capital mínimo exigido" foi ajustada, pois a Instituição passou a publicar as parcelas correspondentes do "Ativo ponderado pelo risco - RWA" de acordo com Circular Bacen 3.678/13.

23 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Fomento Paraná adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de ocorrência de perdas em função de um tomador de recursos deixar de cumprir suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

A Fomento Paraná avalia e monitora mensalmente o risco global e a classificação de risco da carteira de operações de crédito através de avaliação da perda (esperada e efetiva), simulação de condições extremas, índices de inadimplência por exposição e concentração de carteira.

As parcelas referentes às exposições a risco de crédito, ponderadas pelos fatores de risco, estão refletidas no valor do RWA_cpap, calculado conforme regulamentação do Banco Central.

b. Risco operacional

Decorre da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal associado à inadequação ou deficiência dos procedimentos, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades da Instituição também fazem parte da definição de risco operacional.

Os processos de identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais são contínuos e estão de acordo com os dispositivos legais. Considerando suas características, a Fomento Paraná utiliza a abordagem do indicador básico, definido pelo Banco Central, para o cálculo da parcela de risco operacional (RWA_opad).

c. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercados das posições detidas pela Instituição.

De acordo com as especificidades da Fomento Paraná, é adotado o modelo paramétrico para o cálculo do valor em risco com horizonte de 10 dias e nível de confiança de 99% em todas as operações sensíveis às variações nas taxas de juros. São feitas simulações de cenários extremos e ocorridas de ativos de alta liquidez em valor definido nos seus normativos internos, compostos de Títulos Públicos Federais compromissados com vencimento em 1 (um) dia ou cotas de fundos lastreadas por estes títulos.

d. Risco de liquidez

É a probabilidade da Instituição não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros, correntes e futuros, ou somente fazê-los com elevadas perdas, devido a uma das seguintes situações:

(i) Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a probabilidade de descasamentos entre os pagamentos e os recebimentos que afetem a capacidade de pagamento da Instituição;

(ii) Risco de liquidez de mercado: refere-se à probabilidade de perdas de valor dos ativos que garantam a sua liquidez.

A Fomento Paraná mantém estoque de ativos de alta liquidez em valor definido nos seus normativos internos, compostos de Títulos Públicos Federais compromissados com vencimento em 1 (um) dia ou cotas de fundos lastreadas por estes títulos.

e. Gerenciamento de capital

O Banco Central divulgou a Resolução CMN nº 3.988/11, que determina a obrigatoriedade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital. Seguindo o cronograma, a Política e o Plano de Gerenciamento de Capital foram aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Maiores informações sobre a estrutura e gerenciamento de riscos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.fomento.pr.gov.br.

CONTADORA

Luciane Tessaro Perissatto - CRC PR-044315/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas: Os membros efetivos do Conselho Fiscal da FOMENTO PARANÁ, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras elaboradas em 31 de dezembro de 2014, baseando-se nos documentos examinados e no Relatório da KPMG Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, expressando a opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FOMENTO PARANÁ, são da opinião de que as citadas peças encontram-se em plenas condições de serem submetidas, apreciadas e aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 11 de março de 2015

Fabício Ferreira
Conselheiro

Luiz Fabricio Betin Carneiro
Conselheiro

Nilson Monteiro Menezes
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Agência de Fomento do Paraná S.A.
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento do Paraná S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Paraná S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 10 de março de 2015

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Paraná S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6

Marcello Palamartchuk
Contador CRC PR-049038/O-9